1. A aptidão para ter direitos e obrigações processuais, como na hipótese de um neonato (pessoa natural) se denomina capacidade de?
2. A colusão, ou seja, prática pelas partes de ato simulado ou com objetivo de almejar fim proibido pela lei, pode e deve ser obstada pelo?
3. A modalidade de intervenção voluntária de terceiro, admitida no Código de Processo Penal, se chama?
4. A multa por abandono do processo, aplicada entre dez a cem salários mínimos segundo o Código de Processo Penal, é aplicada contra quem?
5. A pessoa natural que não puder exprimir sua vontade, por alguma causa permanente, somente pode ingressar com ação civil se tiver um?
6. A procuração “para o foro” em geral, dada pelo constituinte ao causídico, é conhecida em latim como sendo *Procuração*?
7. A quem compete praticar no processo atos de documentação, movimentação e escrita, e expedir atos de comunicação com as partes e terceiros?
8. A similitude de questões ligadas por um ponto comum de direito entre interesse de duas pessoas autoriza uma única ação em pluralidade de autores, dando ensejo ao litisconsórcio?
9. A sucessão processual, que pode ser voluntária ou obrigatória, também pode dar-se por ato *inter vivos* ou por ato?
10. Contra decisão interlocutória que admite ou rejeita o ingresso de terceiro no processo civil cabe o recurso de?
11. Denomine dois auxiliares judiciais que não exercem atividade de heterocomposição de litígios e cujas atuações são marcadas pela oralidade e pelo respeito à autonomia da vontade das partes?
12. Desvio de finalidade, infração legal, ilicitude, violação contratual ou estatutária, insolvência ou encerramento de atividades pela má ou abusiva administração da empresa em detrimento do autor consumidor pode ser causa para que tipo de intervenção de terceiros?
13. Terceiro que não pede seu ingresso no processo para atuar em prol de uma das partes, mas alegando, entre outros, interesse metaindividual, ideológico e objetivo na causa tem o nome de?
14. Enquanto não constituir advogado num processo civil, o juiz nomeará ao réu preso revel citado com hora certa ou por edital um?
15. Existindo representatividade adequada, podem ingressar como *amicus curiae*: pessoa física, pessoa jurídica, entidade ou?
16. Na hipótese de alienação da coisa litigiosa, havendo recusa da outra parte, o ingresso do terceiro adquirente da coisa pode ser feito na qualidade de?
17. Não são considerados permanentes os juízes que integram que Tribunal Superior?
18. Nas ações do empregado contra empregador na Justiça do Trabalho e nas ações de habeas corpus é dispensável a presença de quem?
19. O auxiliar judicial que, nomeado pelo juiz para guardar um bem penhorado pela Justiça num processo, se recusa ou não devolve o referido bem é considerado um infiel?
20. O valor das sanções impostas ao litigante de má-fé se reveste em benefício de quem?
21. Os atos judiciais passíveis de delegação do juiz para o servidor, tal como juntada de documentos e vista ao Ministério Público, são denominados de?
22. Os honorários do advogado podem ser contratuais, em razão de arbitramento pelo juiz em razão da?
23. Para fins de transação civil o advogado precisa estar munido de que tipo de procuração recebida de seu cliente?
24. Pode fazer o chamamento ao processo além do devedor solidário quem mais?
25. Por vitaliciedade entende-se que o juiz somente pode perder o cargo quando sobrevier decisão judicial (em que situação)?
26. Quanto à obrigatoriedade ou não, a denunciação da lide é?
27. Quem é o sujeito imparcial do processo do trabalho?
28. Quem pretender a coisa ou o direito sobre o qual controvertem autor e réu pode ingressar com que espécie de ação interventiva?
29. Aquele que sofre a infração penal, também chamado vítima ou sujeito passivo do crime, cujo bem jurídico foi violado, é também chamado pelo CPP de?
30. Se a parte cria embaraço à decisão judicial ou comete um atentado processual, sujeita-se à multa judicial por descumprimento de um?